

RESOLUÇÃO CRESS-TO Nº. 501, DE 07 MARÇO DE 2024.

Fixa limites de valor para as despesas realizadas por meio de suprimimento de fundos e despesas de pequeno vulto e adota outras medidas.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 25ª Região, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no art. 68 da Lei nº 4.320/64, no art. 74, § 3º, do Decreto-Lei nº 200/67, e no art. 45, caput, inciso III e § 4º do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 1.344, de 31 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO o disposto no art. 95, §2º da Lei 14.133/21;

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação em Reunião do Pleno ocorrida ao 23 de fevereiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Resolução fixa limites de valor para as despesas realizadas pelo Regional por meio de suprimimento de fundos e de pequeno vulto que trata o art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 2º - O ato de concessão de suprimimento de fundos, para todos os casos de aplicação de suprimimento de fundos regulados pelo art. 45 do Decreto nº 93.872/86, fica limitado a:

I - para obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do valor estabelecido no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 (**R\$100.000,00**), atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei;

II - para outros serviços e compras em geral, 20% (vinte por cento) do valor estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 (**R\$50.000,00**), atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei.

Art. 3º - Fica estabelecido, como limite máximo de despesa de pequeno vulto, os seguintes percentuais:

- a) o percentual de 5% (cinco por cento) do valor estabelecido no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 (**R\$100.000,00**), atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei, no caso de obras e serviços de engenharia;
- b) e de 5% (cinco por cento) do valor estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 (**R\$50.000,00**), atualizado nos termos do art. 182 da citada Lei, no caso de outros serviços e compras em geral.

Parágrafo único O ato de concessão de suprimimento de fundos poderá conter mais de uma despesa de pequeno vulto, obedecidos os limites estabelecidos neste artigo e no anterior.

Art. 4º - Constitui fracionamento de despesa a utilização de suprimimento de fundos para aquisição, pelo Regional, de bens ou serviços que se refiram ao mesmo item de despesa, mediante diversas compras e cujo valor total supere os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 em um único exercício, o que é vedado por essa Lei.

Parágrafo Único - Para os fins desta Resolução, considera-se item de despesa a individualização do objeto a ser contratado, assim entendido como aquele relativo a item de material, inclusive permanente, ou de serviço, de natureza física e funcional distintas, ainda que constantes de uma mesma fatura ou documento equivalente.

Art. 5º - A critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimimento de fundos a servidor, sempre precedido do empenho na dotação própria às despesas a realizar, e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos seguintes casos:

I - para atender despesas eventuais, inclusive em deslocamentos e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento;

II - para atender despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido nesta norma.

§ 1º O suprimimento de fundos será contabilizado e incluído nas contas do ordenador como despesa realizada; as restituições, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida, constituirão anulação de despesa, ou receita orçamentária, se recolhidas após o encerramento do exercício.

§ 2º O servidor que receber suprimimento de fundos, na forma deste artigo, é obrigado a prestar contas de sua aplicação a cada trimestre, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição, das penalidades cabíveis.

§ 3º Não se concederá suprimimento de fundos:

- a) a responsável por dois suprimentos;
- b) a servidor que tenha a seu cargo e guarda ou a utilização do material a adquirir, salvo quando não houver no Regional outro servidor;
- c) a responsável por suprimimento de fundos que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas de sua aplicação.

§ 4º Os gastos realizados por meio de suprimimento de fundos para objetos de mesma natureza deverão ser somados aos casos de dispensa de licitação, para fins de verificação dos limites de despesa em contratações diretas regulamentadas pelo art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo vedado o fracionamento de despesa.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores em contrário.



TACIANE DE OLIVEIRA
Conselheira Presidente